

Reportagem Especial

DE UMA OUTRA ÉPOCA

Mesmo em processo de extinção, algumas posições permanecem existindo oficialmente no Estado



ARTÍFICE/AUXILIAR DE ARTÍFICE

Sinônimo de operário e artesão. Entre suas atribuições, estão a execução de tarefas relacionadas a reformas, manutenção e conservação de prédios, instalações, máquinas, motores, aparelhos e equipamentos.



OPERADOR LITOGRAFICO

Técnica de reprodução, a litografia chegou ao RS em 1849, cerca de 50 anos depois de sua criação. No TJ, a função do profissional era gravar chapas para impressão do Diário da Justiça, que deixou de ser impresso em 2006, ficando apenas com a versão online.



DATILÓGRAFO

Especialista na técnica de escrever à máquina, o profissional foi requisitado por escritórios e repartições públicas até a década de 1990. Concursos da época previam a eliminação do candidato que digitasse menos de 120 toques por minuto.

MÁQUINA ESTADUAL

Os cargos que o tempo envelheceu

A administração pública coleciona cargos que não mais condizem com as necessidades de um Estado moderno. Entre as funções em extinção, estão as que acabaram sendo atropeladas pela tecnologia, pelas terceirizações ou por mudanças no perfil do serviço público. As pessoas contratadas para ocupar essas posições, no entanto, seguem na ativa e, por vezes, têm de buscar por conta própria alternativas dentro da máquina estatal por falta de uma estratégia ampla de recolocação. Especialistas ouvidos por ZH avaliam como é possível driblar o envelhecimento das carreiras.

CLEIDI PEREIRA

Com sua sinfonia de teclas ruidosas abafada pelo avanço tecnológico, a última máquina de escrever do Centro Administrativo do Estado foi doada para um museu há quase 20 anos.

Os datilógrafos, no entanto, permaneceram no quadro funcional e tiveram que se adaptar aos novos tempos. Alguns apenas trocaram o seu instrumento de trabalho por computadores, enquanto outros tiveram de ocupar novas funções.

Mas eles não foram os únicos: fotografo, operador litográfico e operador de máquina de contabilidade também são exemplos de carreiras que, ao longo dos anos, perderam a razão de existir no serviço público.

Atualmente, mais de 7,5 mil pessoas ocupam cargos em extinção no Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul – número equivalente a 4,4% da força de trabalho nos três poderes. Estas vagas só poderão ser abolidas à medida que os seus ocupantes forem se aposentando. Funcionários de órgãos e secretarias suprimidas e que adquiriram estabilidade com a Constituição de

PRÓXIMAS DO FIM

Veja outras posições que serão suprimidas no poder público estadual

ASSEMBLEIA

- Adjunto legislativo
- Atendente legislativo
- Servil
- Operador de rádio

EXECUTIVO

- Mecânico especialista de aeronaves
- Mecânico de helicóptero
- Classificador
- Guarda sanitário rural

JUDICIÁRIO

- Auxiliar de encaminhamento e registro
- Fotografo
- Transportador
- Paginador

1988 engrossam a lista, além dos servidores de nível fundamental, cujas tarefas – como limpeza e manutenção – passaram a ser desempenhadas por terceirizados.

O cenário ajuda a explicar o descontentamento da população com a qualidade dos serviços públicos. Mesmo com uma máquina inchada, faltam profissionais em áreas fundamentais, como saúde, segurança e educação. Amarras legais impedem que os servidores sejam capacitados e deslocados para onde há carência. A diretora de Gestão de Pessoas da Assembleia Legislativa, Carla Possap, explica que a realocação, nesses casos, deve respeitar a equivalência de

remuneração e nível de escolaridade.

Na Assembleia, as denominações de cargos, que já chegaram a 281, hoje são 50, incluindo 16 em extinção – quantidade que ainda pode aumentar até o fim do ano. Nos próximos meses, uma proposta de revisão do quadro deverá ser apreciada pela Mesa Diretora. Segundo o superintendente-geral da Casa, Álvaro Fakredin, o objetivo é readequar quantidades e nomenclaturas de funções e, ainda, rever atribuições. Ele admite que falhas na hora de determinar competências acabam ecoando no dia a dia em frases do tipo “não fui contratado para isso”.

– A tecnologia mudou as coisas.

Estamos fazendo um diagnóstico destas alterações e tentando imaginar como será o futuro – disse.

Piratini avaliou quadro em abril

Um exemplo de uma possível redução é na quantidade de telefonistas. De acordo com Fakredin, devido à difusão dos celulares e da discagem direta ao ramal, o atual número de profissionais (21) talvez não seja mais necessário.

Há também quem questione a função da taquigrafia, a técnica da escrita rápida por meio de sinais e abreviações, uma tradição nos tribunais e parlamentos. Contudo, os gestores reconhecem que, apesar de haver outras tecnologias disponíveis para o registro de pronunciamentos, é preciso cautela e preparo antes de decretar o fim do ofício no serviço público.

No governo do Estado, essa reavaliação ocorreu em abril, colocando em xeque atividades como artífice, datilógrafo e operador de máquinas. Hoje, das 363 denominações de cargos existentes, 60,3% estão em extinção no Executivo.

cleidi.pereira@zerohora.com.br